



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social – CEIPS

Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social – CEIPS, realizada no dia 25 de setembro de 2018.

1 Dia vinte e cinco (25) do mês de setembro de 2018, às 9h00min, na sala de reuniões da Secretaria do
2 Planejamento e Gestão – SEPLAG, sito nesta capital, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n –
3 Edifício SEPLAG – 3º andar – 60.830-120 – Cambéa, Fortaleza/CE, reuniram-se os membros do
4 Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social – CEIPS: Sr. Francisco de Queiroz Maia Júnior
5 (Secretário Titular da Secretaria do Planejamento e Gestão e Presidente do CEIPS), Robson Fontoura
6 (Coordenador da Gestão Previdenciária/CPREV), Wandermon Corrêa (Orientador da Célula de
7 Gestão de Fundos e Investimentos/CPREV), Átila de Oliveira (Membro Titular – Servidor Vinculado ao
8 SUPSEC) e Paulo Sucupira (Membro Titular da SEFAZ), além dos convidados: José Flávio Jucá
9 (Secretário da CGE), Elano Lima de Oliveira (TCE), Paulo A. Pontes (IPECE), Cláudio André Gondim
10 Nogueira (IPECE), Francisco Rabelo (SEPLAG) e demais convidados, conforme lista de presença anexa.
11 A reunião foi aberta pelo Sr. **Francisco de Queiroz Maia Júnior** (Presidente do CEIPS) que iniciou
12 cumprimentando a todos pela presença na 10ª Reunião Ordinária do Comitê Estadual de
13 Investimentos da Previdência Social – CEIPS. Em seguida, passou a palavra para **Robson Fontoura**
14 (Coordenador da Gestão Previdenciária) que lembrou que o SUPSEC possui três (3) fundos
15 destinados à gestão contábil-financeira da previdência, sendo dois (2) civis e um (1) militar e que a
16 reunião seria sobre os investimentos do Fundo Previdenciário PREVID, fundo em regime de
17 capitalização. Com a palavra, **Wandermon Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e
18 Investimentos/CPREV) iniciou apresentando os itens da pauta da reunião. **Item 1: Aprovação da ata**
19 **da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 13/06/2018.** Abriu a pauta para discussões. Aprovada com
20 uma alteração solicitada por **Paulo Sucupira** (Membro Titular da SEFAZ). **Item 2: Relatório Trimestral**
21 **dos Investimentos.** **Wandermon Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e
22 Investimentos/CPREV) apresentou a composição da carteira do PREVID em 30 de junho de 2018,
23 quando havia aplicações em quatro fundos de investimento administrados pela Caixa Econômica
24 Federal: o “Caixa FI Brasil IRF-M 1”, com R\$ 194 milhões, o “FI BRASIL 2018 II”, com R\$ 101 milhões, o
25 “FI BRASIL 2020 IV”, com R\$ 92 milhões e o “FI BRASIL 2030 III”, com R\$ 40 milhões totalizando 427
26 milhões. Em seguida, mostrou a evolução da carteira de junho até 21 de setembro de 2018,
27 destacando o encerramento do fundo “FI BRASIL 2018 II”, em agosto de 2018, e as novas alocações
28 em fundos de vértice. A composição de carteira em 21 de setembro era formada por quatro fundos

29de investimento administrados pela CEF: o “Caixa FI Brasil IRF-M 1”, com R\$ 187 milhões, o “FI BRASIL
302020 IV”, com R\$ 92 milhões, o “FI BRASIL 2024 IV”, com R\$ 161 milhões e o “FI BRASIL 2030 III”, com
31R\$ 39 milhões totalizando 479 milhões. Em conformidade com a Política de Investimentos de 2018,
32todas as aplicações foram feitas em fundos de investimentos que aplicam 100% em títulos de
33emissão do Tesouro Nacional, formando uma carteira com 61% dos recursos alocados em fundos de
34vértice que garantem o batimento da meta atuarial, aproveitando cenário de oportunidade para
35novas aplicações no final de agosto e começo de setembro. **Robson Fontoura** (Coordenador da
36Gestão Previdenciária) informou que **Wandermon Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos
37e Investimentos/CPREV) mantém contato direto com a gerência de investimentos da Caixa Econômica
38Federal, que opera em São Paulo, monitorando oportunidades de investimento, além de consultar
39**Átila de Oliveira** (Membro Titular – Servidor Vinculado ao SUPSEC) e **Paulo Sucupira** (Membro Titular
40da SEFAZ) antes de realizar novas aplicações. **Francisco de Queiroz Maia Júnior** (Presidente do CEIPS)
41reforçou a importância das reuniões do CEIPS para o suporte das decisões na gestão dos recursos.
42**Robson Fontoura** (Coordenador da Gestão Previdenciária) lembrou o conceito de taxa de juros
43atuarial e destacou que a meta atuarial do PREVID é formada por IPCA + 4,25%a.a. **Wandermon**
44**Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos/CPREV) mostrou quadro com a
45rentabilidade e o atingimento da meta atuarial da carteira do PREVID ao longo dos trimestres de
462018, com 123,38% no primeiro, 38,37% no segundo. Explicou que a rentabilidade do segundo
47semestre foi impactada pela greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio, que aumentou a
48volatilidade dos ativos e elevou a inflação no período. Informou ainda, que o acumulado até agosto
49de 2018 ficou em 80,77% da meta. Em seguida, apresentou a rentabilidade e o atingimento da meta
50anual desde 2014 que teve os percentuais de 98,41%, 85,26%, 119,30%, 152,80% e 80,77% (parcial)
51respectivamente para os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 até agosto, ressaltando que desde a
52criação do PREVID a rentabilidade acumulada atinge 106,19% da meta, sendo este o número de
53maior relevância, tendo em vista o foco de longo prazo. **Francisco de Queiroz Maia Júnior**
54(Presidente do CEIPS) tomou a palavra para reforçar a orientação conservadora do CEIPS, mas visando
55identificar melhores investimentos com maiores retornos. Exemplificou também o período eleitoral
56como fator de oscilação maior no mercado para continuar sendo mais conservador. **Wandermon**
57**Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos/CPREV) confirmou que o período
58afeta a rentabilidade, mas também proporciona boas oportunidades de taxas no mercado para novas
59aplicações. **Francisco Rabelo** (convidado SEPLAG), comentou que seria possível criar fundos nos
60bancos com taxas melhores para o Estado. **Wandermon Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de
61Fundos e Investimentos/CPREV) lembrou que a legislação restringe a criação de fundos exclusivos
62para os RPPS, tendo em vista o limite máximo de 15% para aplicação em um mesmo fundo por RPPS.
63**Flávio Jucá** (Secretário da CGE) afirmou que é possível a criação de fundos que melhor atendam a
64previdência. **Átila de Oliveira** (Membro Titular – Servidor Vinculado ao SUPSEC) argumentou que a lei




65restringe e protege os investimentos dos RPPS e afirmou que os investimentos do PREVID, na prática,
66além de não terem risco, têm rendimentos maiores que a meta atuarial. Destacou que os fundos de
67vértice, apesar de oscilações, vão conseguir bater a meta atuarial ao final do prazo, pois apesar da
68volatilidade que sofrem ao longo do tempo, no vencimento sempre vai gerar a taxa nominal, acima
69da meta atuarial, reforçando o investimento ser de médio e longo prazo. **Robson Fontoura**
70(Coordenador da Gestão Previdenciária) explicou que o PREVID está em fase inicial e sem muitas
71despesas, assim o período de acumulação dos ativos pode ser feito a longo prazo, pois o passivo
72ainda é pequeno. **Francisco de Queiroz Maia Júnior** (Presidente do CEIPS) recomendou realizar um
73estudo sobre a série histórica dos fundos e a convergência das taxas de rentabilidade. **Item 3: Novas**
74**Aplicações em Fundos de Vértice.** **Wandermon Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e
75Investimentos/CPREV) falou sobre as novas aplicações em fundos de vértice da CEF, realizadas entre
76junho e agosto de 2018: i) “FI BRASIL 2030 III” com taxa real de 5,54%, no valor de 40 milhões; ii) “FI
77BRASIL 2024 IV” com taxa real de 5,60%, no valor de 33,2 milhões; iii) “FI BRASIL 2024 IV” com taxa
78real de 5,69%, no valor de 31,95 milhões; iv) “FI BRASIL 2024 IV” com taxa real de 5,80%, no valor de
7931,79 milhões; e v) “FI BRASIL 2024 IV” com taxa real de 5,84%, no valor de 63,45 milhões. **Robson**
80**Fontoura** (Coordenador da Gestão Previdenciária) resumiu que assim fica garantido até 2030
81rendimento superior a meta atuarial. **Wandermon Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos
82e Investimentos/CPREV) mostrou gráfico comparativo entre o retorno na curva e o retorno a
83mercado, explicando as oscilações nos fundos de vértice e como eles se comportam, mostrando que
84ao vencimento sempre atingem a taxa real de juros contratada, independente das flutuações durante
85o período de aplicação. **Robson Fontoura** (Coordenador da Gestão Previdenciária) explicou que a
86oscilação negativa, em matéria financeira, não é uma perda já que, por disposição contratual, a
87previdência não vai resgatar os recursos antes do vencimento, e que esse entendimento deve ser
88observado pelos órgãos de controle. **Marconi Lemos** (CGE) salientou que os valores contábeis
89marcados mensalmente com os rendimentos dos fundos, de acordo com o corte e olhar da análise,
90podem indicar um período negativo. **Item 4: Colaboração Técnica – Apresentações IPECE.**
91**Wandermon Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e Investimentos/CPREV) passou a
92palavra para **Cláudio André Gondim** (IPECE) que, representando o Instituto de Pesquisa e Estratégia
93Econômica do Ceará – IPECE, para fins de colaboração técnica ao CEIPS, realizou apresentação
94intitulada **Conjuntura Macroeconômica e Perspectivas**. A pauta contou com análises sobre: i) Cenário
95Internacional; ii) Cenário Macroeconômico no Brasil e no Ceará; iii) Fatores de Incerteza da Economia;
96iv) Expectativas de Mercado para o Brasil em 2018 e 2019 (Boletim Focus e Banco Safra). Encerrou a
97apresentação informando que o IPECE publica periodicamente o Farol da Economia Cearense,
98disponibilizado no site do Instituto. Em seguida, **Paulo A. Pontes** (IPECE) realizou apresentação
99intitulada **Previsão de Indicadores Fiscais do Ceará**, inicialmente destacando que as técnicas de
100previsão servem para antecipar possíveis gargalos e melhorar o planejamento. Explicou que, para



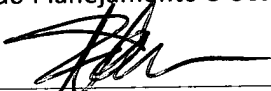
101elaboração do modelo de previsão proposto, foram utilizados dados históricos da Receita Corrente
102Líquida (RCL), de 2001 a 2018, e da Despesa Corrente Líquida de Transferências (DCLT), de 2005 a
1032018, desconsiderando as receitas extraordinárias ocorridas nos anos de 2015 a 2017. Em seguida,
104apresentou as previsões da RCL e da DCLT para o período de julho de 2018 a dezembro de 2022, com
105taxas de crescimento projetadas de 2,9% ao ano e 2,4% ao ano, respectivamente. **Francisco de**
106**Queiroz Maia Júnior** (Presidente do CEIPS) salientou que algumas variáveis deveriam ser
107consideradas no modelo, como os gastos com previdência e as condições climáticas do estado, pois
108uma seca pode destruir o investimento, especialmente com a possibilidade de *el niño* em 2019 e
109assim uma possível alteração em relação ao cenário projetado. **Paulo A. Pontes** (IPECE) apresentou
110projeções do Resultado Previdenciário, de acordo com a última avaliação atuarial do SUPSEC, e a
111relação com a RCL, mostrando o crescimento da representatividade da insuficiência financeira da
112previdência em relação a receita do Estado, partindo de 9,21% em 2018 e chegando a 13,29% em
1132022. **Item 5: Diretrizes da Política de Investimentos 2019.** **Wandermon Corrêa** (Orientador da
114Célula de Gestão de Fundos e Investimentos/CPREV) defendeu a manutenção das mesmas diretrizes
115da Política de Investimento de 2018 para o ano de 2019, sendo elas: i) Modelo de Gestão Própria; ii)
116Meta de Rentabilidade composta pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
117(IPCA), acrescida de juros de 4,25% ao ano; iii) Limites de aplicação em conformidade com a
118Resolução CMN nº 3.922/2010; iv) Estratégia de Alocação dos Recursos fixando limites máximos de
119100% em Renda Fixa e 10% em Renda Variável, sendo definida a Alocação Alvo de 100% em Fundos
120de Investimento que aplicam exclusivamente em Títulos de Emissão do Tesouro Nacional, conforme o
121Art. 7º, inciso I, alínea “b” da Resolução CMN nº 3.922/2010, podendo a alocação da carteira ser
122revista ao longo do exercício, respeitados os limites definidos na Legislação e na Política de
123Investimento. **Francisco de Queiroz Maia Júnior** (Presidente do CEIPS), abriu a pauta para deliberação
124do comitê. Sem mais: APROVADAS as diretrizes da Política de Investimentos 2019. **Item 6: Atualização**
125**do Credenciamento da CEF.** **Wandermon Corrêa** (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e
126Investimentos) informou que até dezembro será necessário realizar a atualização do credenciamento
127da Caixa Econômica Federal e de seus fundos de investimento, observando-se as diretrizes da Política
128de Investimentos e o contrato de prestação de serviços que essa instituição financeira mantém com o
129Estado do Ceará. **Átila de Oliveira** (Membro Titular – Servidor Vinculado ao SUPSEC) destacou que a
130restrição legal de o RPPS poder aplicar somente 15% em cada fundo de vértice, deve ser colocada em
131discussão, tendo em vista que a CEF oferta poucos fundos desse tipo, limitando as possibilidades das
132aplicações. Que seria preferível poder contar com outros bancos, sem exclusividade contratual. **Paulo**
133**Sucupira** (Membro Titular da SEFAZ) informou que as condições do contrato com a CEF estão em
134discussão. **Átila de Oliveira** (Membro Titular – Servidor Vinculado ao SUPSEC) indicou que esta
135restrição pode, no futuro, limitar os investimentos a maior alocação em curto prazo, já que os vértices
136estariam sem condições de receber aporte. **Robson Fontoura** (Coordenador da Gestão

137Previdenciária) informou que a CGE se ofereceu para apresentar algum tema na próxima reunião.
138José Flávio Jucá (Secretário da CGE) confirmou. **Francisco de Queiroz Maia Júnior** (Presidente do
139CEIPS) agradeceu a presença de todos, destacando a importância de como o TCE e a CGE devem olhar
140a previdência, a fim de garantir o direito dos atuais e futuros servidores. Encerrou a reunião, da qual
141foi lavrada a presente Ata, aprovada por todos e assinada por quem de direito.

Fortaleza, 25 de setembro de 2018.




FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR
PRESIDENTE
Secretaria do Planejamento e Gestão



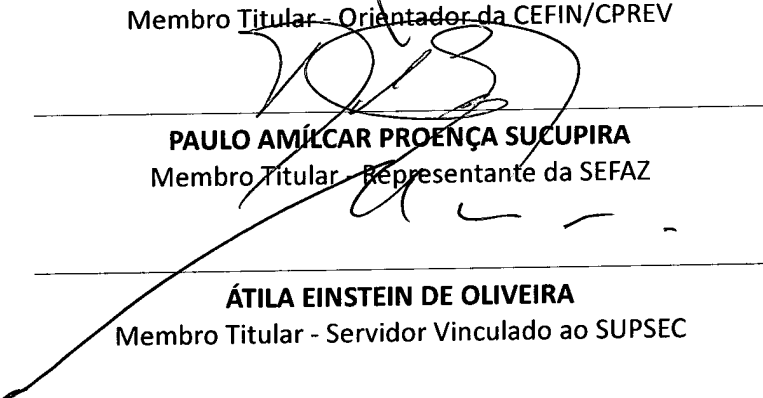
FRANCISCO ROBSON DA SILVA FONTOURA
Membro Titular - Coordenador da CPREV



WANDERSON CORRÊA SILVA
Membro Titular - Orientador da CEFIN/CPREV



PAULO AMÍLCAR PROENÇA SUCUPIRA
Membro Titular - Representante da SEFAZ



ÁTILA EINSTEIN DE OLIVEIRA
Membro Titular - Servidor Vinculado ao SUPSEC